

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº , de 2015

(DO SR. IVAN VALENTE)

Requerimento de Informação ao Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Exmo. Sr. Roberto Mangabeira Unger, sobre estudos realizados acerca de cenários climáticos e alternativas para adaptação às mudanças do clima.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta a Mesa, seja solicitada ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos as seguintes informações:

- 1) Foram realizados estudos sobre mudanças do clima, no âmbito do projeto intitulado “Brasil 2040 - Adaptação do Brasil às Mudanças do Clima: Cenários e Alternativas”? Eles foram finalizados?
- 2) Foram utilizados recursos públicos, sob qualquer forma de repasse ou contratação, para a produção destes estudos?
- 3) Solicita-se cópia da versão mais atual de todos os estudos reunidos no projeto “Brasil 2040 - Adaptação do Brasil às Mudanças do Clima: Cenários e Alternativas”.
- 4) Solicitam-se cópias de todos os estudos e publicações existentes acerca de mudanças climáticas e seus impactos na adaptação de atividades econômicas.

JUSTIFICATIVA

Foi amplamente noticiada a decisão tomada pelo recém-empossado ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Sr. Roberto Mangabeira Unger, de exonerar toda a equipe responsável pelo desenvolvimento do estudo intitulado “Brasil 2040 - Adaptação do Brasil às Mudanças do Clima: Cenários e Alternativas”, incluindo seu coordenador, o

economista Sérgio Margulis, então Secretário de Desenvolvimento Sustentável da SAE. O conjunto de estudos que estava sendo desenvolvido por cientistas de 8 das mais importantes instituições de pesquisa do país iria alimentar o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima, em desenvolvimento sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente. Na ocasião, tornou-se de conhecimento público que não houve nenhuma consulta por parte da nova equipe nomeada pelo Ministro Mangabeira Unger à que a antecedeu para inteirar-se sobre o estágio de desenvolvimento dos estudos e nem sobre o seus encaminhamentos.

É certo que os resultados deste estudo são de grande interesse nacional. Dentre as conclusões noticiadas, está o aumento significativo no risco de redução de vazão de rios (para os quais usinas hidrelétricas são planejadas ou já estão em operação), e os impactos na agricultura e alteração da geografia agropecuária, dentre outros.

Conforme reportado por Marcelo Leite, na Folha de São Paulo em 19/04/2015, algumas conclusões do estudo apontam que *“o aumento de temperatura pode acarretar diminuição de chuvas de 15% no Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO) e de 10% no Norte (N). Nas regiões SE/CO se concentra 70% da geração de eletricidade no país. (...) Menos precipitação implica vazão diminuída nos rios. A pesquisa abortada pela SAE avaliou vários cenários, e em alguns deles a afluência para usinas como Belo Monte, Serra da Mesa, Tucuruí, Xingó e Sobradinho pode diminuir até 30%, quiçá 60%. No setor agrícola, o efeito seria diminuição das áreas de baixo risco para várias culturas: soja (até 39%), milho (até 16%), feijão (até 26%), arroz (até 24%).”*

Segundo o último Plano Decenal de Expansão de Energia, conta-se muito com a região norte do Brasil para geração de energia elétrica até 2023: “destaca-se a elevação da participação da região Norte, cuja capacidade instalada em relação ao SIN passa de 12%, no início de 2013, para 23% em 2023, totalizando aproximadamente 31 GW de expansão”. Não há, contudo, a consideração de cenários climáticos nos cenários analisados pela EPE.

Na agropecuária, os planos de expansão estão absolutamente desconectados com a questão climática, apesar de se tratar de atividade econômica altamente vulnerável às mudanças do clima. No último “Projeções do Agronegócio” publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram projetadas expansões na produção que conflitam com um mundo de clima mais instável, como por exemplo, a produção de grãos: *“As projeções para 2022/2023 são de uma safra por volta de 222,3 milhões de toneladas, o que corresponde a um acréscimo de 20,7% sobre a atual safra”*.

Os estudos não lançados pela SAE dialoga diretamente com estes dados. É com base neles que o debate sobre desenvolvimento no médio e longo prazo deve se dar, algo que este Parlamento faz cotidianamente. É também apoiado neles que o Brasil deveria desenvolver suas estratégias para adaptação às mudanças do clima, incorporando-as ao Plano Nacional de Adaptação. Por isso, solicitamos que nos sejam enviadas tais informações.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 2015.

Ivan Valente

Deputado Federal - PSOL/SP